Ministros do STF divergem sobre atraso em ação

Caso que pode tirar Renan Calheiros da presidência do Senado foi suspenso por Toffoli, que diz não ter recebido o processo; Marco Aurélio Mello rebate

Rafael Moraes Moura Breno Pires / BRASÍLIA

Um processo que ameaça a permanência de Renan Calheiros (PMDB-AL) na Presidência do Senado Federal abriu ontem "guerra de versões" entre os ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) Marco Aurélio Mello e Dias Toffoli.

A demora da Corte em concluir o julgamento sobre o veto de réus na linha sucessória da Presidência beneficia Renan, que se tornou anteontem réu

por peculato e é o segundo que pode substituir Michel Temer.

Em novembro, o STF formou maioria para que réus não possam fazer parte da linha sucessória do presidente, mas o julgamento foi interrompido depois de pedido de vista de Toffoli. Se o caso já tivesse sido concluído, o peemedebista teria de deixar agora a presidência do Senado, por ter se tornado réu por peculato. A maioria dos ministros do STF decidiu pelo veto aos réus na sucessão.

Ontem, o gabinete de Toffoli informou, em nota enviada à imprensa, que "não recebeu os autos" do processo da linha sucessória e, por essa razão, "o prazo para devolução da vista ainda não se iniciou". Segundo o gabinete de Toffoli, os autos do processo, sob relatoria de Marco Aurélio, chegaram menos de meia hora após o envio da nota.

Marco Aurélio foi um dos seis ministros do STF que já votaram pelo veto aos réus. O ministro também votou no sentido de acolher a denúncia apresentada pela Procuradoria-Geral da República (PGR) contra Renan pelos crimes de peculato,

Versões

"O ministro comunica que não recebeu os autos e, por essa razão, o prazo para devolução ainda não se iniciou."

Dias Toffoli

MINISTRO DO STF, EM NOTA

"Os ministros têm acesso

MINISTRO DO STF, EM NOTA

falsidade ideológica e uso de documentos falsos. Por 8 a 3, o STF decidiu receber a denúncia da Procuradoria contra Renanapenas por peculato - Toffoli votou pela rejeição total da denúncia.

Procurado pela reportagem, o gabinete de Marco Aurélio apresentou uma outra versão e afirmou que o processo é eletrônico, não dependendo, portanto, de deslocamento físico ou formal. "Os ministros têm acesso automático, antes mesmo de ser liberado, pelo relator, para julgamento", rebateu o gabinete de Marco Aurélio, que

foi surpreendido pela nota de Toffoli.

Em meio às versões dos ministros, a Rede - que ajuizou a ação - informou que conta com o apoio da sociedade, 'que deve manter a pressão para que o processo possa continuar caminhando".

O prazo regimental para a devolução do pedido de vista de Toffoli se encerra no dia 21 de dezembro. No entanto, auxiliares do STF destacam que tradicionalmente os prazos não são cumpridos à risca pelos ministros da Corte.

OAB defende afastamento de Renan

Lucas Azevedo

ESPECIAL PARA O ESTADO PORTO ALEGRE

A Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) defendeu ontem que o senador Renan Calheiros (PMDB-AL) deixe a presidência do Senado. Em entrevista em Porto Alegre, o presidente da ordem, Claudio Lamachia, afirmou que, após se tornar réu, o peemedebista não tem mais como continuar no cargo.

"Defendo o afastamento das suas funções de presidência. Na medida em que ele é réu, não vejo como se pode imaginar que o presidente do Congresso Nacional, e que está na linha de sucessão, possa permanecer nesta condição, estando na condição de réu", disse Lamachia.

Ontem, por 8 votos a 3, o Supremo Tribunal Federal (STF) aceitou denúncia contra Renan e abriu ação penal pelo crime de peculato-desvio de dinheiro público. O presidente do Senado é acusado de desviar recursos da verba indenizatória da Casa por meio da contratação de uma empresa locadora de veículos em 2005. Em nota divulgada ontem, Renan negou as acusações.

"Não se trata aqui de fazer juízo de valor quanto à culpabilidade do senador Renan Calheiros, uma vez que o processo que o investiga não está concluído. Trata-se de zelo pelas instituições da República", afirmou Lamachia.

O presidente da OAB afirmou ainda que "é preciso que o senador seja julgado de acordo com os ritos e procedimentos estabelecidos em lei, com acesso à ampla defesa e ao contraditório". "Mas sem que isso comprometa o cotidiano e os atos praticados pelo Senado Federal", disse.

Pacote. Mais cedo, em entrevista à Rádio Gaúcha, o presidente da OAB criticou a emenda ao pacote anticorrupção que inclui o crime de responsabilidade a magistrados e promotores.

"Se criminalizarmos um magistrado porque defendeu determinado ponto de vista em função da sua ideologia, quem pode sofrer com isso é o réu acusado. Os magistrados que mais atuam no campo ideológico militam em movimentos sociais e movimentos dos estudiosos do direito criminal e, portanto, são magistrados 'garantistas' que, se tiverem essa espada sobre as suas decisões, terão muita dificuldade de colocar o próprio

pensamento na decisão", disse. Renan defende a aprovação de projetos que visam coibir o abuso de autoridade. Para integrantes do Ministério Público e do Judiciário, as medidas representam ameaça às atividades de juízes.

'Zelo pelas instituições'

"Não se trata aqui de fazer juízo de valor quanto à culpabilidade do senador Renan Calheiros, uma vez que o processo que o investiga não está concluído. Trata-se de zelo pelas instituições." Carlos Lamachia

PRESIDENTE DA OAB

(11) 3643-5700

(11) 3894-4000

(11) 5538-1000

(11) 3740-4400

SUMARÉ

TATUAPÉ

VILA GUILHERME

VILA MARIANA

(11) 3803-5900

(11) 2076-6700

(11) 2218-8900

(11) 5908-8877

OSASCO

Os itens apresentados são referentes ao veículo Elantra código GAXY. Consulte outras versões nas concessionárias Hyundai. Pontuação máxima nos testes de segurança do IIHS - Insurance Institute for Highway Safety - para o veículo equipado com Automatic Emergency Braking with Pedestrian Detection.

SANTO ANDRÉ

SÃO CAETANO

CEASA

COLÔMBIA

MORUMBI

IBIRAPUERA



automático, antes mesmo de ser liberado, pelo relator, para julgamento." Marco Aurélio Mello



(11) 2284-2800

(11) 4433-4500

(11) 4770-0000

PIRACICABA

RIBEIRÃO PRETO

SÃO J. DO RIO PRETO

SÃO J. DOS CAMPOS

(19) 3429-0500

(16) 3913-9430

(17) 2138-8383

(12) 3131-3600